

ESTADO DE PERNAMBUCO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE Rua Sebastião José da Silva, 120 - Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 -Santa Cruz da Baixa Verde - PE CNPJ 35.445.485/0001-01

LEI MUNICIPAL Nº 307/2013.

CAMARA MUNICIPAL TA CRUZ DA BAIXA VERDE-PE CERTIDÃO

i∞ que o Presente Documento Foi cado, Nesta Data, Por Afixação Quadro de Avisos Desta Câmara. Em <u>21/06/2013</u> 4 May voites

EMENTA DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO E A CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS POLÍTICA EVENTUAIS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, fundamentado no art. 62, inciso I, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL aprovou e ele sanciona a LEI:

- Art. 1° Fica instituída a concessão dos benefícios eventuais como direito garantido na Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social LOAS, art. 22, parágrafos 1º e 2º.
- Art. 2º O benefício eventual é uma modalidade de provisão de Proteção Social Básica de caráter suplementar e temporário que integra organicamente as Garantias do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, com fundamentação nos princípios de cidadania e nos direitos sociais e humanos.

Parágrafo Único - Na comprovação das necessidades para a concessão do benefício eventual, são vedadas quaisquer situações de constrangimento ou vexatórias.

- Art. 3º O benefício eventual destina-se aos cidadãos e às famílias com mpossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.
- Art. 4º O critério de renda mensal per capta familiar para acesso aos benefícios eventuais é igual ou inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo.
- Art. 5º São formas de benefício eventual:

I – auxilio natalidade;

II – auxilio funeral;

 outros benefícios eventuais para atender necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária.

Parágrafo único - A prioridade na concessão dos benefícios eventuais será para a criança, a família, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e os casos de calamidade pública.



ESTADO DE PERNAMBUCO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE
Rua Sebastião José da Silva, 120 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 -Santa Cruz da Baixa Verde - PE
CNPJ 35.445.485/0001-01

- Art. 6º O benefício eventual, na forma de auxílio natalidade, constitui-se em uma prestação temporária não contributiva, de assistência social, em bens de consumo e serviços, para reduzir a vulnerabilidade provocada por nascimento de membro da família.
- § 1º Os bens de consumo consistem no enxoval do recém-nascido, incluindo itens de vestuário, utensílios para alimentação e de higiene, observada a qualidade que garanta a dignidade e o respeito à família beneficiária.
- § 2º O requerimento do benefício natalidade deve ser realizado até 30 (trinta) dias após o nascimento e fornecido até 30 (trinta) dias após o requerimento.
- **Art. 7º -** O auxilio natalidade é destinado à família e deverá alcançar, preferencialmente:
- I atenções necessárias ao nascituro;
- II apoio à mãe no caso de morte do recém-nascido;
- III apoio à família no caso de morte da mãe e outras providências.
- **Art. 8º -** O benefício eventual, na forma de auxilio funeral, constitui-se em uma prestação temporária não contributiva, de assistência social, em bens de consumo ou serviços, para reduzir vulnerabilidade provocada por morte de membro da família.
- **Art. 9º -** O benefício funeral constituirá no fornecimento de uma urna mortuária, de sepultamento em cemitério público e transporte funerário, dentre outros serviços inerentes que garantam a dignidade e o respeito à família beneficiária.
- § 1º O transporte funerário (translado) somente será concedido dentro dos limites do Estado de Pernambuco, exceto no caso de falecimento fora do Estado, onde seja comprovada a impossibilidade de custeio de despesas pela família do falecido.
- § 2º O requerimento do benefício funeral deverá ser realizado logo após o óbito.
- **Art. 10 -** Os benefícios natalidade e funeral podem ser concedidos diretamente a um integrante da família beneficiária, ou qualquer outra pessoa, desde que autorizada mediante procuração.
- Art. 11 Entende-se por outros benefícios eventuais, as ações emergenciais, de caráter transitório, de destinação de bens materiais para casos de vulnerabilidade social, e para reposição de perdas, com a finalidade de atender às vítimas sociais e de calamidades, ou para enfrentar contingências, de modo a reconstruir a autonomia destas.
- § 1°- Os benefícios eventuais emergenciais são: cestas básicas, medicamentos não fornecidos pela rede de saúde, exames especializados e consultas médicas especializadas consideradas urgentes e não realizadas pela rede de saúde pública em



ESTADO DE PERNAMBUCO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE
Rua Sebastião José da Silva, 120 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 -Santa Cruz da Baixa Verde - PE
CNPJ 35.445.485/0001-01

empo hábil, doações de passagens, material de construção, equipamentos de rabalhos, órteses e próteses, óculos, alimentação especial em caso de tratamento de aúde e custeio de despesas advindas de situações específicas de vulnerabilidade e isco.

- § 2° Os benefícios eventuais serão autorizados mediante realização de cadastro social, em modelo próprio da Secretaria de Assistência Social e parecer social a ser feito por profissional habilitado da própria Secretaria Municipal de Assistência Social.
- **Art. 12 -** As provisões relacionadas a programas, projetos, serviços e benefícios afetos ao campo da saúde, educação e demais políticas setoriais, não se incluem nas condições de benefícios eventuais da Assistência Social.
- **Art. 13 -** Caberá ao órgão gestor da Política de Assistência Social do Município de Santa Cruz da Baixa Verde:
- I a coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento, a avaliação da prestação dos benefícios eventuais, bem como seu financiamento;
- II a realização de estudos da realidade e monitoramento da demanda para constante ampliação da concessão dos benefícios eventuais;
- III expedir as instruções e instituir formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos benefícios eventuais.
- Parágrafo único O órgão gestor da Política de Assistência Social deverá encaminhar relatório destes serviços, a cada seis meses, ao Conselho Municipal de Assistência Social.
- **Art. 14** Caberá ao Conselho Municipal de Assistência Social fornecer ao Município informações sobre irregularidades na concessão e na execução dos benefícios eventuais.
- **Art. 15** As despesas decorrentes desta lei ocorrerão por conta de dotação orçamentária própria.
- Art. 16 Revogam-se as disposições em contrário.
- Art. 17 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Cruz da Baixa Verde/PE, 21 de junho de 2013.

TÁSSIO JOSÉ BEZÉRRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal